



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2023

PROVA OBJETIVA – DIREITO

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 01 - Segundo a doutrina, o poder constituinte é o poder de estabelecer, modificar ou complementar uma Constituição. Sobre a Teoria da Constituição e do Poder Constituinte, analise as assertivas propostas e assinale a alternativa correta.

I - Não será objeto de deliberação no Congresso Nacional a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais.

II - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

III - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

IV - São princípios constitucionais sensíveis: a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático; b) direitos da pessoa humana; c) autonomia municipal; d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta; e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

- a) Todos estão corretos.
- b) Somente I e II estão corretos.
- c) Somente II e III estão corretos.
- d) Somente I, III e IV estão corretos.
- e) Somente II e IV estão corretos.

Questão 02 - Avalie as assertivas sobre os princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 e assinale a alternativa correta.

I - São fundamentos da República Federativa do Brasil: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político.

II - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e

a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

III - A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, entre outros previstos na Constituição Federal de 1988: prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo.

- a) Nenhum item está correto.
- b) I e II estão corretos, apenas.
- c) II e III estão corretos, apenas.
- d) I e III estão corretos, apenas.
- e) Todos estão corretos.

Questão 03 - Avalie as assertivas sobre os Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal de 1988 e assinale a alternativa correta.

I - é livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato, nos termos da lei.

II - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação do Ministério Público;

III - Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

IV - Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

- a) Nenhum está correto.
- b) I e II estão corretos, apenas.
- c) II e III estão corretos, apenas.
- d) III e IV estão corretos, apenas.
- e) Todos estão corretos.



MINUTA

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2023

PROVA OBJETIVA – DIREITO

Questão 04 - Avalie as assertivas a respeito da Administração Pública, do Poder Judiciário e das Funções Essenciais à Justiça e assinale a **alternativa INCORRETA**:

- a) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- b) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.
- c) É facultativa a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciais apresentados até 1 de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados pelo dólar.
- d) Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.
- e) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 05 - Marque a **alternativa INCORRETA**:

- a) o concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
- b) a anulação de atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários, ainda que presente a boa-fé, pode ocorrer a qualquer tempo pela Administração Pública.
- c) nos termos da Lei n. 8.112/90, a reintegração

é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

d) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

e) o abandono de cargo gera, na forma da Lei n. 8.112/90, a demissão do servidor público.

Questão 06 - Marque a assertiva correta:

a) a exoneração de servidor público é penalidade que decorre do poder disciplinar da Administração Pública.

b) a responsabilização por improbidade administrativa importa a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, e afasta eventual responsabilização de natureza criminal.

c) o princípio da impessoalidade veda qualquer tratamento diferenciado pela Administração Pública.

d) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

e) nos contratos administrativos, as cláusulas exorbitantes somente são exigíveis se expressamente previstas no contrato.

Questão 07 - Marque a assertiva correta:

a) as empresas públicas e sociedades de economia mista assumem a personalidade jurídica de direito privado e, por isso, são criadas exclusivamente para fins de exploração



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2023

PROVA OBJETIVA – DIREITO

da atividade econômica pelo Estado.

b) os atos de improbidade administrativa que causem prejuízo ao erário admitem responsabilização culposa.

c) as fundações públicas, a exemplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), integram a Administração Pública Direta.

d) o poder de polícia do Estado é exercido exclusivamente pelos órgãos estatais de segurança pública.

e) nos termos da Lei n. 8.112/90, a investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Questão 08 - Marque a alternativa INCORRETA:

a) as autarquias são pessoas jurídicas de direito público cuja criação, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, deve ocorrer mediante lei específica;

b) a invalidação de atos administrativos discricionários realiza-se exclusivamente pelo controle de mérito, ainda que ilegais;

c) a atividade de fomento compreende o exercício de função administrativa pelo Estado, o que atrai a regência do Direito Administrativo;

d) os bens da Empresa Brasileira de Correios e Telegráficos (ECT) são impenhoráveis, pois, embora seja uma pessoa jurídica de direito privado, a ECT é empresa pública considerada prestadora de serviço público;

e) as agências reguladoras são autarquias sob regime especial, integrantes da Administração Pública Indireta.

DIREITO PENAL

Questão 09 - Por intermédio da Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005, o legislador revogou o artigo 240 do Código Penal Brasileiro, o qual previa o delito de adultério: “Cometer adultério: Pena – detenção de quinze dias a seis meses. A abolição do mencionado fato típico do ordenamento jurídico nacional representa aplicação do:

a) princípio da insignificância.

b) princípio da intervenção mínima.

c) princípio da fragmentariedade.

d) princípio da adequação social.

e) princípio da proporcionalidade.

Questão 10 - Suponha-se que um Policial Militar, fora de serviço, embora utilizando moderadamente dos meios necessários e objetivando repelir injusto risco de agressão, tenha alvejado indivíduo que mantinha vítima de sequestro refém, causando-lhe lesão corporal de natureza grave (perda de um rim). No caso hipotético, no tocante à lesão causada pelo policial militar em face do indivíduo:

a) o policial militar não responderá pelo crime de tentativa de homicídio, em razão da excludente de ilicitude do estado de necessidade.

b) o policial militar não responderá pelo crime de tentativa de homicídio, em razão da excludente de ilicitude de legítima defesa.

c) o policial militar não responderá pelo crime de tentativa de homicídio, em razão da excludente de ilicitude do estrito cumprimento de dever legal.

d) o policial militar responderá pelo crime de lesão corporal de natureza grave, uma vez que o policial militar não estava em serviço, não podendo, por isso, valer-se de excludente de ilicitude.

e) o policial militar responderá pelo crime de tentativa de homicídio, uma vez que o disparo atingiu região potencialmente letal do corpo humano, aliado ao fato de que o policial militar não estava em serviço, não podendo, portanto, valer-se de excludente de ilicitude.

Questão 11 - Tício, Agente da Polícia Rodoviária Federal, no exercício de suas funções, depara-se com um bloqueio feito por caminhoneiros na BR-364, sentido Porto Velho/RO-Rio Branco/AC, provocado por manifestantes que protestavam contra o aumento do diesel nos postos de combustíveis. Ao abordar um dos manifestantes, Tício exige a



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2023

PROVA OBJETIVA – DIREITO

quantia de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para não lhe aplicar sanção pelo crime previsto no artigo 253-A do Código de Trânsito Brasileiro, que pune a conduta de: “usar, qualquer veículo para, deliberadamente, interromper, restringir ou perturbar a circulação na via sem autorização do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre ela”. No caso hipotético, Tício teria cometido o crime de:

- a) prevaricação.
- b) concussão.
- c) corrupção passiva.
- d) peculato.
- e) excesso de exação.

Questão 12 - Nos termos da Lei n.º 9.605/98 (Lei de Crime Ambientais), em se tratando de crimes cometidos contra a flora, o crime é aumentado de um sexto a um terço se o crime é cometido se presente alguma das seguintes circunstâncias, **EXCETO**:

- a) o crime é cometido no período de queda das sementes.
- b) o crime é cometido durante a noite.
- c) o crime é cometido no interior de Unidade de Conservação.
- d) em época de seca ou inundação.
- e) o crime é cometido em domingo ou feriado.

Questão 13 - Em conformidade com a Lei n.º 11.343/2006 (Lei de Drogas), assinale a **alternativa INCORRETA**. Não estará sujeito à pena de reclusão ou detenção o agente que:

- a) oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos consumirem.
- b) fabricar, adquirir, utilizar, transportar, oferecer, vender, distribuir, entregar a qualquer título, possuir, guardar ou fornecer, ainda que gratuitamente, maquinário, aparelho instrumento ou qualquer objeto destinado à fabricação, preparação, produção ou transformação de drogas, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

c) importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

d) induz, instiga ou auxilia alguém ao uso indevido de drogas.

e) adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 14 - Sobre o instituto da *notitia criminis*, assinale a Marque a **alternativa INCORRETA**:

a) A *notitia criminis* é o conhecimento, espontâneo ou provocado, por parte da Autoridade Policial, acerca de um fato delituoso.

b) A *notitia criminis* de cognição imediata (ou espontânea) é aquela em que a Autoridade Policial toma conhecimento do fato delituoso por meio de suas atividades rotineiras.

c) A *notitia criminis* de cognição mediata (ou provocada) é aquela em que a Autoridade Policial toma conhecimento da infração penal por meio de um expediente escrito, como, por exemplo, a requisição do Ministério Público, a representação do ofendido etc.

d) A *notitia criminis* de cognição coercitiva é aquela em que a Autoridade Policial toma conhecimento do fato delituoso por meio da apresentação de indivíduo capturado em situação de flagrante delito.

e) A *notitia criminis* inqualificada (ou apócrifa) é aquela vulgarmente conhecida como denúncia anônima, hipótese na qual a informação a respeito do fato delituoso é dada por pessoa que não se identifica, sendo, neste caso, prescindível a realização de diligências prévias para que seja instaurado o Inquérito Policial.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2023

PROVA OBJETIVA – DIREITO

Questão 15 - Sobre a ação penal, assinale a alternativa correta:

- a) Em caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação e de queixa passará ao cônjuge, ascendente, descendente e irmão.
- b) A representação será irretratável depois de recebida a denúncia.
- c) O acordo de não persecução penal poderá ser oferecido, preenchidos outros requisitos no artigo 28-A do Código de Processo Penal, quando o caso tratar de infração penal praticada sem violência ou grave ameaça e com pena mínima não superior a 4 (quatro) anos.
- d) Na ação penal de iniciativa privada, o ofendido pode optar contra quem oferecerá a queixa-crime, desde que o faça motivadamente.
- e) De acordo com as disposições do Código de Processo Penal, a falta da integral qualificação do acusado inviabiliza o oferecimento da denúncia.

Questão 16 - Sobre a competência da Justiça Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Não compete aos juízes federais o processamento e julgamento de contravenções penais, exceto se elas forem conexas com crimes praticados em detrimento de bens, serviços e interesses da União.
- b) Crimes praticados contra indígenas, considerada a especial proteção a eles conferida pelo constituinte originário, serão sempre de competência da Justiça Federal.
- c) Crimes praticados contra a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, empresa pública federal, são de competência da Justiça Federal;
- d) Crimes praticados contra o Banco do Brasil, sociedade de economia mista federal, são de competência da Justiça Federal.
- e) O incidente de deslocamento de competência tem como legitimado ativo o Procurador-Geral da República e deverá ser dirigido ao Supremo Tribunal Federal.

Questão 17 - Sobre os Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa correta:

- a) A transação penal, benefício previsto na Lei n. 9.099/1995, não é aplicável somente às infrações de menor potencial ofensivo, bastando, para a sua propositura, que a infração possua pena mínima de até um ano.
- b) Da rejeição da denúncia nos Juizados Especiais Criminais caberá recurso em sentido estrito.
- c) Havendo a necessidade de citação por edital do acusado, as peças deverão ser encaminhadas ao Juízo comum.
- d) Mesmo havendo conexão entre infração de menor potencial ofensivo e crime doloso contra a vida, os processos deverão ser divididos, preservando-se tanto a competência do Juizado Especial Criminal como a competência do Tribunal do Júri.
- e) Em prestígio à celeridade que os orienta, nos Juizados Especiais Criminais são cabíveis embargos de declaração contra sentença ou acórdão que contenha obscuridade, contradição ou omissão, no prazo de 2 (dois) dias.

Questão 18 - Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O princípio constitucional da autodefesa não alcança aquele que atribui falsa identidade perante autoridade policial com o intento de ocultar maus antecedentes, sendo, portanto, típica a conduta praticada pelo agente (artigo 307 do Código Penal).
- b) O princípio da ampla defesa desdobra-se nos direitos à defesa técnica e à autodefesa, sendo renunciável apenas esta última.
- c) O princípio da publicidade vigora plenamente em todas as fases da persecução penal.
- d) A existência de inquéritos policiais ou de ações penais sem trânsito em julgado não pode ser considerada como maus antecedentes para fins de dosimetria da pena.
- e) O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2023

PROVA OBJETIVA – DIREITO

trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato.

DIREITO CIVIL

Questão 19 - Assinale a alternativa correta:

- a) São absolutamente incapazes aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- b) A emancipação voluntária é aquela concedida pelos pais, ou por um deles na falta de outro, mediante instrumento particular, independentemente de homologação judicial.
- c) A morte presumida pode se dar com ou sem decretação de ausência, sendo que, no primeiro caso, ela ocorre no momento em que lei autoriza a abertura de sucessão provisória.
- d) Denomina-se comoriência a situação em que dois ou mais indivíduos falecem na mesma ocasião, não se podendo determinar quem faleceu primeiro, razão pela qual serão considerados simultaneamente mortos.
- e) A interdição por incapacidade relativa será objeto de averbação em registro público.

Questão 20 - Assinale a alternativa correta:

- a) A posse em emprego público efetivo é causa de emancipação daquele que possui menos de 18 (dezoito) anos de idade.
- b) Com a emancipação, cessa a menoridade e, por consequência, não são mais aplicáveis as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente ao emancipado.
- c) A cirurgia de transgenitalização é condição para que a pessoa transexual possa alterar seu prenome e a sua designação sexual no respectivo registro público.
- d) O Supremo Tribunal Federal decidiu que é incompatível com a Constituição a ideia de um “direito ao esquecimento”.
- e) Os direitos da personalidade não podem, em hipótese alguma, ser objeto de limitação voluntária.

Questão 21 - Assinale a alternativa correta:

- a) Para criar uma associação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.
- b) Constituem-se as fundações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.
- c) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado o direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- d) Considerando as relações que trava com Estados estrangeiros, a União é considerada pessoa jurídica de direito público interno e externo.
- e) As associações dispõem de plena autonomia para regularem a forma de exclusão de associados, sendo dispensável, para tanto, procedimento formal que garanta direito de defesa e de recurso.

Questão 22 - Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- b) Bens fungíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.
- c) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- d) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- e) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2023

PROVA OBJETIVA – DIREITO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 23 - A respeito das regras processuais dos Sujeitos do Processo, conforme Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015), analise as assertivas propostas e assinale a alternativa correta:

I - Serão representados em juízo, ativa e passivamente, o Município, por seu prefeito, procurador ou Associação de Representação de Municípios, quando expressamente autorizada;

II - A representação judicial do Município pela Associação de Representação de Municípios somente poderá ocorrer em questões de interesse comum dos Municípios associados e dependerá de autorização do respectivo chefe do Poder Executivo municipal, com indicação específica do direito ou da obrigação a ser objeto das medidas judiciais.

III - A multa por ato atentatório a dignidade da justiça (até vinte por cento do valor da causa) não se aplica aos advogados públicos ou privados e aos membros da Defensoria Pública e do Ministério Público, devendo eventual responsabilidade disciplinar ser apurada pelo respectivo órgão de classe ou corregedoria, ao qual o juiz oficiará.

IV - Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa por ato atentatório a dignidade da justiça poderá ser fixada em até 10 (dez) vezes o valor do salário-mínimo.

- a) Nenhum item está correto.
- b) Somente I e II estão corretos.
- c) Somente II e III estão corretos.
- d) Somente I, III e IV estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

Questão 24 - Assinale a alternativa correta sobre os Atos Processuais, de acordo com o Código de Processo Civil. Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos:

I - em que o exija o interesse privado ou econômico;

II - que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável,

filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes;

III - em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade;

IV - que versem sobre arbitragem, exceto sobre cumprimento de carta arbitral, ainda que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o delegado.

- a) Nenhum item está correto.
- b) I e II estão corretos, apenas.
- c) II e III estão corretos, apenas.
- d) I e III estão corretos, apenas.
- e) Todos estão corretos.

Questão 25 - Avalie as assertivas sobre os Prazos do Código de Processo Civil e assinale a alternativa correta:

I - Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

II - Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.

III - O prazo para a parte, o procurador, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública e o Ministério Público será contado da citação, da intimação ou da notificação.

IV - É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir. A nulidade só pode ser decretada após a intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.

- a) Nenhum está correto.
- b) I e II estão corretos, apenas.
- c) II, III e IV estão corretos, apenas.
- d) I, II, III e IV estão corretos.
- e) III e IV estão corretos, apenas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2023

PROVA OBJETIVA – DIREITO

Questão 26 - A respeito das regras processuais dos Recursos no Código de Processo Civil, assinale a **alternativa INCORRETA**:

- a) Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- b) O recorrente não poderá, em nenhuma hipótese, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- c) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.
- d) O prazo para interposição de recurso conta-se da data em que os advogados, a sociedade de advogados, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública ou o Ministério Público são intimados da decisão.
- e) São dispensados de preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela União, pelo Distrito Federal, pelos Estados, pelos Municípios, e respectivas autarquias, e pelos que gozam de isenção legal.

LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 27 - Considerando as regras do atual acordo ortográfico da Língua Portuguesa, indique em qual das sequências abaixo todas as palavras estão acentuadas CORRETAMENTE.

- a) Cutis, saúde, raiz, Grajaú, cajú.
- b) Vatapá, oxítone, júri, hífen, ideia.
- c) Vôo, lapis, cipó, tórax, patroa.
- d) Urubú, álbum, ímã, café, orfão.
- e) Régua, gramática, rainha, jibóia, paranóico.

Questão 28 - Assinale a alternativa na qual a palavra destacada tem função de SUBSTANTIVO.

- a) O teu cantar sempre encanta.
- b) Tua presença fascina.
- c) Tua existência é meu tema.
- d) Teu caminhar é uma rima.
- e) O teu sorriso é um poema.

Questão 29 - Marque a alternativa em que o verbo está conjugado **INCORRETAMENTE**.

- a) O Ministério Público Federal interveio como fiscal da lei.
- b) Eles creem na absolvição.
- c) Eu adiro ao voto do relator.
- d) Houveram sentenças condenatórias.
- e) Trata-se de ações de improbidade.

Questão 30 - Na aurora da minha vida,
a internet ainda rara
não ditava a diversão.

A rua era divertida,
a amizade cara a cara:
em vez de emoji, (abração!).

Os trechos sublinhados na estrofe acima têm o sentido de, respectivamente:

- a) Início, incomum, determinava.
- b) Início, inexistente, impedia.
- c) Início, comum, censurava.
- d) Início, ausente, negava.
- e) Início, deficiente, obstava.

64303664



MINUTA

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2023**

PROVA OBJETIVA – DIREITO

RASCUNHO				
1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20
21	22	23	24	25
26	27	28	29	30

643036694